

O estado do Rio de Janeiro como palco: as relações políticas entre o interventor Amaral Peixoto e o empresário-jornalista José Eduardo de Macedo Soares no período estadonovista

*Cezar HONORATO¹
José Luís Honorato LESSA²*

Resumo: Este artigo percorre o Diário Carioca em sua versão amistosa diante da interventoria Amaral Peixoto no estado do Rio de Janeiro entre 1937-1945. Analisaremos as nuances centrais daquela administração bem como o agente José Eduardo de Macedo Soares e sua principal tribuna, o Diário Carioca. Na sequência, destacaremos os pontos de convergências em relação àquele governo, para finalizar, sinalizaremos o momento de ruptura do jornal com Amaral Peixoto no início de 1945. O trabalho sugere uma nova versão sobre o tema, pois, a historiografia fluminense parte da premissa desta ruptura já em 1938.

Palavras-chave: Interventor Amaral Peixoto; Estado do Rio de Janeiro; Diário Carioca.

¹ Professor Titular de História Econômico-Social do Instituto de História da Universidade Federal Fluminense. Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo. Mestre História pela Universidade Federal Fluminense. Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense. UFF. Niterói. RJ. Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4212-7395>. E-mail: cezarhonorato@id.uff.br.

² Professor do PPGH-Universo. Pós-doutorando em História pela Universidade Federal Fluminense. Doutor em História, Política e Bens Culturais pela Fundação Getúlio Vargas / CPDOC. Mestre em História Social do Território - UERJ/FFP. Especialização em História do Brasil - UERJ/FFP. Possui Licenciatura Plena em História - UERJ/FFP. UFF. Niterói. RJ. Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7589-7316>. E-mail: honorato.lessa@gmail.com.

The state of Rio de Janeiro as a stage: the political relations between the interventor Amaral Peixoto and the business man-journalist José Eduardo de Macedo Soares in the Estado Novo period

Abstract: This article looks at the friendly version of the *Diário Carioca* during the Amaral Peixoto administration in the state of Rio de Janeiro between 1937-1945. We will analyze the central nuances of that administration as well as the agent José Eduardo de Macedo Soares and his main tribune, *Diário Carioca*. Next, we will highlight the points of convergence in relation to that government, and finally, we will signal the newspaper's break with Amaral Peixoto in early 1945. The work suggests a new version of the theme, since Rio de Janeiro historiography starts from the premise of this break as early as 1938.

Keywords: Amaral Peixoto intervention; State of Rio de Janeiro; *Diário Carioca*.

Introdução

A interventoria federal de Ernani do Amaral Peixoto no estado do Rio de Janeiro (ERJ) perdurou de 1937 a 1945, Honorato (1987), Castro (1996), Hees (2000), Luz (2005), Costa (2008 e 2019), Fernandes (2009), Quaresma (2010 e 2014), Côrte (2012) e Lessa (2021) lançam olhares sobre o intervalo. Aquele executivo, em que pese o regime de exceção e à montagem da hegemônica máquina burocrático-administrativa, não foi capaz de cooptar todas as forças políticas fluminenses. Em lado oposto, destaca-se um nome do imbricado ramo familiar Macedo Soares. Nesta passarela, transitava o irrequieto agente José Eduardo de Macedo Soares (por vezes, Macedo Soares ou Zé Eduardo, também como era chamado), aliado de primeira ordem que, ao fim do Estado Novo, tangenciou para implacável crítica à Amaral Peixoto. O opositor tinha como principal tribuna o jornal Diário Carioca (DC), de sua propriedade. Neste periódico passou a desfechar oposição à interventoria amaralista e ao próprio governo federal. Contudo, o norte do presente artigo consiste em discutir a fase do encantamento e pacificação entre ambos, somente rompida nos meses que seriam finais do Estado Novo. A partir da tese de Castro (1996), há uma tradição na historiografia fluminense que advoga a ocorrência do rompimento antes do primeiro ano da interventoria.

A pesquisa no DC, principal canal onde Macedo Soares se reportava ao governo fluminense, demonstra posicionamento contrário. Nomeado para o estado do Rio com certa articulação do seu futuro oponente, Amaral Peixoto tornou-se um dos mais longevos interventores daquela era. Para tal empreitada elegemos como metodologia: elencar as principais ações do interventor à frente do estado em questão; tomamos as edições do referido jornal entre 1937 a 1945 como fonte basilar para o presente estudo. Somado a isso, partimos da perspectiva teórica do jornal enquanto um dado tipo de partido, ideológico e orgânico, que assume posições muito claras no conflito interno das classes dominantes: trata-se da matriz gramsciana. Por outro lado, estabelecem-se algumas correlações gerais com as perspectivas da história política.

O agente Ernani do Amaral Peixoto e pontos centrais de sua administração no estado do Rio de Janeiro

Formado nos quadros da Marinha do Brasil, de ajudante de ordens do presidente Getúlio Vargas e articulador de sua futura candidatura à deputado pelo Partido Autonomista do então Distrito Federal, Amaral Peixoto passou a condição de Interventor Federal em 1937. Exerceu várias funções públicas até sair de cena nos anos 1980. No ERJ uma complexa política foi levada a cabo por sua administração com vistas a reestruturá-lo. O grupo político liderado pelo interventor procedeu com uma montagem administrativa que por tempo garantiu a sobrevivência e hegemonia do mesmo, em dado momento arregimentado no Partido Social Democrático (PSD).

A política de desenvolvimento fluminense daquela administração foi de amplo espectro, incluía: nova organização das secretarias; reforma administrativa; organização do funcionalismo público; reforma judiciária; arrecadação fiscal-tributária e padronização orçamentária; saneamento das finanças; formulações de agências, departamentos, conselhos, órgãos e comissões de fomento; investimentos em infraestrutura rodoviária, elétrica e urbana; educação; serviço de saúde pública; cultura; ensino técnico; rede assistencialista; incentivos fiscais; promoção da agroindústria, pecuária, cooperativismo, industrialização e do turismo; incentivo ao comércio e ao abastecimento interno e, participação do estado em exposições compõem as principais diretrizes

Para tal empreitada, o Comandante, como era apelidado, articulou distintas forças, cuja administração corporativa convergiu para a centralização econômico-social e política. Garantida a hegemonia da parcela conservadora, muitos agentes se faziam próximos do interventor, do núcleo do governo ou, institucionalmente, do PSD criado em 1945; outros, integraram mesmo as esteiras da contemporânea União Democrática Nacional (UDN), contudo, do mesmo modo próximo ao Comandante. O jogo era bastante intrincado: havia linha tênue no campo das oposições, por vezes, as divergências não fincavam raízes no solo, convergiam para o centro. Como atesta certa teoria, a prática do discurso forma um campo político tal como constrói imagens individuais e coletivas (Barros, 2000).

O agente José Eduardo de Macedo Soares e o perfil do jornal Diário Carioca

Com ramificações e profundos enraizamentos em diferentes esferas, o tradicional e nobiliárquico grupo familiar Macedo Soares protagonizou papel de destaque no meio público-privado fluminense e nacional desde século o XIX até a primeira metade do XX. Seus integrantes mais expoentes ocuparam posições como fazendeiros, empresários, militares, professores, escritores, jornalistas, lexicógrafo, filólogos, genealogistas, engenheiros, médicos, advogados, juristas, membros do Supremo Tribunal Federal, parlamentares, interventor, governador, diplomatas e ministros de Estado. Convém assinalar que os Macedo Soares articulam-se com outras cepas familiares que também se fizeram tradicionais na nobiliarquia fluminense: os Azevedo, Antunes e Sodré, por exemplo (Soares, 1947).

O personagem identificado no título deste tópico tinha como progenitores *José Eduardo de Macedo Soares* (1852/1918) e *Cândida de Azevedo Sodré de Macedo Soares*, logo, pai e filho são homônimos. O casal foi pródigo em filhos: onze ao todo, dentre eles os proeminentes quatro “*Josés*”: José Eduardo, José Carlos, José Roberto e José Cássio. A trajetória do filho Zé Eduardo, nascido em 1882, abrangeu diferentes momentos e desafios: ex-militar; jornalista e empresário do setor; latifundiário; pecuarista; político; integrante do Partido Republicano Fluminense (PRF); do Partido Popular Radical (PPR); pessedista e, depois, udenista. Deixou a marinha em 1912 para se dedicar ao jornal *O Imparcial*, de sua propriedade, logo fechado em 1914 e definitivamente encerrado pelo governo Artur Bernardes (1922-1926). Aliás, as dissidências abertas com distintos governos levaram-no para prisão em 1914 no governo Hermes da Fonseca; em 1922 na gestão Artur Bernardes, decorrente da sublevação tenentista e em 1930 pelo combatido e fragilizado governo Washington Luís. Em 1928 funda o DC. Quanto a sua atuação política, pelo PRF representou o estado do Rio na Câmara Federal em três legislaturas seguidas entre 1915 a 1923. Partícipe da revolta tenentista de 1922, ao lado de Nilo Peçanha, atuou na Reação Republicana. Foi constituinte de 1934 e senador pela mesma Unidade Federativa no período de 1935 a 1937 arregimentado no PPR. Sem o exercício do mandato, sua principal tribuna era este periódico (Abreu; Paula, 2014, p. 1242-1243. Abreu; Beloch; Lattman-Weltman; Lamarão, 2001, p. 5527-5529).

Macedo Soares, denominado “*Príncipe dos Jornalistas*”, em seu jornal, nascido em 1928, sem abandonar questões regionais, — manteve-se sempre atento aos rumos da política fluminense—, contudo, repercutia temas eminentemente nacionais. O DC passou a desfechar movimento duplo: oposição ao presidente Washington Luís; por outro lado, apoiou a Aliança Liberal e o golpe que conduziu Getúlio Vargas à presidência da República. Todavia, sem demora, migrou para as esteiras contrárias ao governo provisório (1930-1934), inclusive, sob empastelamento do aludido jornal entre fevereiro e abril de 1932 em face das posições pela constitucionalização do país. Sobre este episódio que marcou os rumos do Diário Carioca e da história nacional:

Edgar Carone enfoca o ataque ao Diário Carioca como a resposta imediata à decretação do Código Eleitoral de 24 de fevereiro de 1932, que não era senão uma concessão de Getúlio aos defensores da reconstitucionalização rápida, contrária por sua vez aos interesses tenentistas. Para Carone, o empastelamento teria sido uma etapa da luta entre as oligarquias e o tenentismo em torno do problema da constitucionalização (Abreu; Paula, 2014, p. 396).

Fruto das vicissitudes políticas, José Eduardo de Macedo Soares reaproximou-se do governo federal no período constitucional de 1934-1937. Aliás, no curso de sua existência, até 1965, o DC assumiu distinta variação política: verdadeiro pêndulo, se movimentava de acordo com as conveniências de sua diretoria — uma das marcas da empresa jornalística — “(...). *Denunciou desmandos administrativos, produziu crises institucionais, derrubou ministros (...)*”, (Costa, 2011, p.10). Destas incidências, bem ao estilo personalista e irrequieto, já havia afirmado seu fundador do desejo de participar das “*lutas da política brasileira.*” Liberal, pró-Estados Unidos, destinava-se a um público específico, setorizado e elitista. Tais princípios refletem a teoria que concebe o jornal enquanto partido amplo, defensor de interesses de classes, que suscita controvérsias e cuja atuação ultrapassa a esfera da técnica jornalística em si (Gramsci, 2006).

No campo fluminense, Zé Eduardo sobressai importante interlocutor para indicação de Amaral Peixoto a interventor em 1937. Somente mais tarde, as relações políticas entre ambos ficaram conflituosas quando o DC tornar-se-á muito reticente ao Estado Novo, e, por tabela, com críticas personificadas à Getúlio Vargas e à Amaral Peixoto. No percurso iniciado em 1945 passou a ser o mais destacado e importante veículo de oposição ao governo e à pessoa do Comandante, embora editado em

território carioca. Na verdade, pela proximidade geográfica, havia notadas influências da Capital Federal sobre o estado do Rio, sendo favoráveis ou não ao governo fluminense. Atuando em margens opostas, denúncias e críticas ao governo e à pessoa de Amaral Peixoto começaram a ganhar as páginas do jornal em questão. Era no referido diário onde externava sua plataforma política. Também em 1945 José Eduardo de Macedo Soares passou a engrossar as fileiras da UDN em deflagrada oposição ao PSD fluminense, controlado pelo Comandante.

Em linhas gerais, o DC figurou dentre os principais periódicos brasileiros daquela primeira metade do século XX. Cobria assuntos diversos: eventos políticos, econômicos, sociais, culturais e esportivos da cidade, do país e panorama da vida internacional; sem abandonar o acompanhamento de temas relacionados à vida fluminense. Ao longo de sua existência, entre 1928-1965, passou por diversas fases, refletindo vicissitudes históricas e variações políticas próprias. Logo em 1932 Horácio de Carvalho, *fiel escudeiro* de Macedo Soares, assumiu o controle da empresa jornalística, posição ocupada até 1965. Não obstante, seu fundador, continuava espécie de “iminência parda” — “*com plenos poderes para mandar e desmandar no tocante à linha editorial do jornal, (...) até o final da existência da folha que fundara*” (Costa, 2011, p. 114), isso, em 1965.

Editorialista contumaz e panfletário, José Eduardo de Macedo Soares discorria facilmente sobre questões que afligiam o país, o mundo e o ERJ. Sob linguagem afinada, metafórica, por vezes hiperbólica e textos estrategicamente costurados, parecia escolher bem as palavras, como artifício de sintaxe, capaz de efusivamente exaltar correligionários do momento e repelir os dissidentes da hora. É neste sentido que tomamos o Diário Carioca enquanto um partido ideológico, na condição de veículo de imprensa, atuava tanto na formulação de ideias, quanto no direcionamento de ações de acordo com os interesses político-econômicos de uma dada fração de classe ligada aos setores conservadores que dizia representar (Gramsci, 2020).

O tempo do encantamento: o Diário Carioca até a nomeação, posse e primeiros meses da interventoria Amaral Peixoto

Neste exercício, recuamos às primeiras edições do DC até o advento do Estado. Novo afim de perceber como aquela folha acompanhou a carreira do personagem Amaral Peixoto em sua célere trajetória. No turno, sobressaem quatro estágios identificados: vida militar; ajudante de ordens da Presidência da República; atuação política enquanto potencial candidato a deputado distrital pelo Partido Autonomista e o processo de indicação à interventoria federal no estado do Rio.

Enquanto integrante do corpo da Marinha do Brasil, o DC cobriu a participação de Amaral Peixoto nos episódios de 1930 e 1932, as designações militares a ele inculcadas e integrante da delegação brasileira na Conferência de Desarmamento de Genebra (1932). Sua atuação enquanto ajudante de ordens do presidente Vargas no governo provisório e no curto período constitucional é bem recorrente naquela folha. Se depreende este agente como espécie de “*figura carimbada*” na representação presidencial: no acompanhamento do presidente em reuniões ministeriais e nos distintos conselhos e comissões de Estado; em congressos; celebrações; eventos; em recepções e congratulações às comitivas estrangeiras; nos contatos e reuniões com ministros e chefes de outros países; na interlocução com chanceleres; na interlocução com variados agentes da atividade econômica, nacional e internacional. A lista de atribuições é exaustiva. Sobressai que, enquanto ajudante de ordens, Amaral Peixoto, sempre muito próximo dos círculos de poder, era partícipe das discussões da política nacional, internacional e fluminense. Habilidoso, esta proximidade lhe permitiu construir amplo lastro e ascensão política. Tanto que, cogitou alçar voos: inspirado no irmão Augusto do Amaral Peixoto desfechou algumas articulações políticas na então Capital da República com vistas a garantir uma cadeira de deputado. O projeto não foi adiante, apesar da formação de vários diretórios pelo subúrbio carioca.

No desdobramento que culminou na nomeação do interventor federal, Macedo Soares se coloca dentre os influentes atores do processo. Não só neste caso. A bem da verdade, sob fortes e entrelaçadas inserções na política carioca e fluminense, incidia na nomeação de agentes em diferentes governos do ERJ mesmo antes da interventoria, ou em eventuais rejeições: agudo, orgânico, sabia costurar múltiplos fios e redes. Dado seu enraizamento político, indicava nomes para postos chaves da administração estadual e

dos municípios, o que a teoria categoriza como *margem de manobra* (Rémond, 1994, p. 16).

Macedo Soares, reaproximado dos círculos getulistas, era figura de peso. Conselheiro político do irmão, José Carlos de Macedo Soares, este, Ministro das Relações Exteriores, depois, da Justiça, no período constitucional de 1934-1937, postulou candidatar-se ao governo estadual em 1935. Sob atmosfera hostil, irreconciliáveis contendas partidárias com Raul Fernandes, igual pretendente ao cargo, conduziram o nome do almirante Protógenes Guimarães à disputa do pleito. Amaral Peixoto, já da mesma forma envolvido com o mundo político carioca e fluminense e, na condição de ajudante de ordens, muito próximo do presidente Getúlio Vargas, afirma ter-se colocado como mediador do conflito (Peixoto, 1987, p. 103). Vencedor, Protógenes Guimarães governou o estado entre 1935-1937. Na ocasião, Macedo Soares foi eleito senador pelo ERJ na legenda PPR, contudo, ao olhar para o horizonte, almejava o executivo fluminense cuja sucessão, em tese, transcorreria em 1938. Também nos bastidores articulava o seu irmão e então Ministro da Justiça José Carlos de Macedo Soares para a sucessão presidencial.

O golpe de 1937 obrigou a reavaliação das estratégias políticas. A nomeação de Amaral Peixoto para interventor federal nitidamente passou pela tutela dos irmãos Macedo Soares: José Eduardo e José Carlos (Peixoto, 1987, p. 103; 124-125; 154). Naquelas conjunturas, haveria o chamado mandato-tampão, pois, caso o primeiro assumisse a interventoria tornava-se inelegível conforme preconização da Carta Constitucional de 1934. É sabido que o golpe do Estado Novo inviabilizou as eleições de 1938. Amaral Peixoto permaneceu no governo fluminense até os estertores da ditadura varguista. Ácido, a frustração de Zé Eduardo poderia ser sido o primeiro pomo da discórdia em relação ao Estado Novo e, em decorrência, ao próprio Amaral Peixoto. Contudo, ainda manteve-se nas hastes varguistas por longo período.

Empossado o interventor fluminense, vale a pena conferir as primeiras impressões do jornal. Na matéria de 11 de novembro de 1937, expõe a manchete em primeira página: *Intervenção no Estado do Rio de Janeiro. Nomeado interventor o Commandante Ernani do Amaral Peixoto*. A chamada, ainda fazia questão de ressaltar o novo secretário de Interior e Justiça: Horácio de Carvalho, aliado de primeira ordem de

José Eduardo de Macedo Soares e diretor-presidente do DC. Na ocasião tece elogiosas ao interventor:

Por acto de hontem do chefe da nação, foi nomeado interventor no Estado do Rio o comte. Ernani do Amaral Peixoto. O illustre official da nossa gloriosa Marinha de Guerra. Intelligente e culto, o cmte, Ernani do Amaral Peixoto impõe-se ao respeito e à administração dos brasileiros pelas suas attitures nobres e elevadas, sempre ao serviço do país. Na Armada como nos meios sociaes da metrópole o novo interventor fluminense conquistou uma situação de inquestionável relevo pelas suas altas virtudes moraes e intelllectuaes. A notícia da sua nomeação para aquelle posto teve, por tudo isso, lisonjeira repercussão. O povo fluminense recebeu com aplausos a escolha do chefe do Executivo do seu Estado, na certeza de que o comte. Amaral Peixoto realizará um governo que vae satisfazer os seus anseios e aspirações(Diário Carioca. 11 nov. 1937. n. 2890. p.1).

No dia seguinte recobrava ao tema através de longa manchete que abria a edição, com desdobramentos em páginas seguintes, 2, 3 e 12: *Inaugurado o novo governo fluminense. Assumiu character de verdadeira consagração popular a posse do comte. Ernani do Amaral Peixoto na interventoria do Estado do Rio.* No topo da página trazia:

Empossou-se hontem no alto cargo de interventor federal no Estado do Rio o commandante Ernani do Amaral Peixoto, de cujo patriotismo e intelligência virá o ressurgimento econômico daquela gloriosa e, até hoje, infeliz unidade brasileira (Diário Carioca. 12 nov. 1937. n. 2891. p.1)

Na oportunidade, o articulista traçava suas expectativas. De imediato, partia da premissa do retorno à normalidade administrativa fluminense. Ao apostar na pacificação como se imediata, assevera:

Recebida como viva simpatia pelos principais chefes da política fluminense, a nomeação do sr. Amaral Peixoto despertou fundadas esperanças no ânimo popular, tão injustamente provado, ultimamente, pelas insuficiências de seus governos. Ontem mesmo o Estado do Rio viu com muito agrado restabelecidas a ordem e a disciplina governamental sendo preenchidos imediatamente os principais postos do seu governo (Diário Carioca. 12 nov. 1937. n. 2891. p.1).

Nesta empreitada pacificadora confere muita ênfase ao novo Secretário de Interior e Justiça — o plutocrata Horácio de Carvalho —, latifundiário, jornalista, ex-deputado estadual, diretor-presidente do DC, portando, de profundos laços com Zé Eduardo, conforme dito. Em discurso de posse, o secretário pondera “*ter entrado na vida pública pela nova escola do civismo, de generoso desprendimento, de esplêndido patriotismo brasileiro e fluminense do nosso chefe José Eduardo de Macedo Soares*”.

Na continuidade, infere sobre sua futura colaboração nas questões econômicas: perseguição central do novo governo do estado:

Sei que posso prometer um grande programa de restauração financeira, de organização econômica, de impulso ao progresso e à prosperidade do Estado do Rio, que o nosso Interventor deseja e está autorizado a realizar (Diário Carioca. 12 nov. 1937. n. 2891. p.12).

Logo, havia ampla aposta na expectativa de restauração da ordem financeira e administrativa; na reparação; no indispensável equilíbrio orçamentário; no ressurgimento econômico e no trabalho pela grandeza e prosperidade fluminense: são os valores dimensionados, atribuídos ao “*governo de homens moços*”, a “*dar lições a tantos governos que o antecederam*” (Diário Carioca. 12 nov. 1937. n. 2891. p.3).

Naquele conjuntura, o DC alude a completa calma reinante no país em face do novo governo da União e noticia a posse dos interventores da Bahia e Pernambuco. No caso do estado do Rio, comenta: “(...). A *diretriz principal, no momento, da nova administração estadual é a segurança pública secundando energicamente a ação do governo Federal*” (Diário Carioca. 12 nov. 1937. n. 2891. p.3). Aqui, parece se referir o combate ao comunismo.

Otimista, quicá precipitado, já no fim de novembro de 1937 com o novo governo fluminense ainda tateando nas questões do estado, em carta ao presidente Vargas, José Eduardo de Macedo Soares expõe:

Rio, 30-XI- 1937

Meu caro Presidente

Venho manifestar a plena satisfação, contentamento e gratidão dos fluminenses agora que o nosso interventor restabelece a ordem moral e material no governo do Estado, articula suave sua opinião política que é hoje um bloco quase unânime, disciplinado e firme na colaboração e defesa do atual regime constitucional (Arquivo Ernani do Amaral Peixoto CPDOC/FGV. Classificação: EAP icp 1937.03.24. fl.16).

Tempos à frente, o “*bloco quase unânime*” se rompeu. Esteve longe da coesão, convém considerar importante aspecto. Já inserido nos bastidores da vida pública, quando assumiu a interventoria, o Comandante encontrava-se distante de ser totalmente tenro na seara política. Por outro lado, esteve respaldado por outros não neófitos. Além disso, não era completamente estrangeiro da política fluminense, sua família paterna possuía alguns enraizamentos. A seção seguinte discute a condução do governo da

interventoria e o comportamento de Macedo Soares através do DC em fase claramente amistosa, não obstante, prelúdio dos tempos ásperos.

O tempo da pacificação: o Diário Carioca no período da interventoria até os primeiros meses de 1945

Ao contrário de certa perspectiva presente na historiografia fluminense que interpreta o rompimento político entre ambos, antes mesmo de se completar um ano de governo, em nossa fonte principal, isto é, o DC, não foi possível tal comprovação. Aliás, até os meses de janeiro/fevereiro de 1945, Macedo Soares e o periódico permaneciam em fileiras próximas, como afiançadores da interventoria. Somado a isso, permaneceu contínuo observador da vida nacional, do mundo, do DF e da vida fluminense, quanto a última, no período pós-1937, pareceu dar maior atenção, se comparado com a fase anterior. Paralelamente, a coluna fixa “*Notícias do Estado do Rio*” tornava mais intensa. Além disso, o ERJ sob comando do interventor igualmente aparecia em outras seções do periódico.

A coluna acima referida, publicada em contínuas edições, costurava um panorama fluminense; as amplas ações do executivo; atos e decretos; reuniões e viagens das quais participava o interventor; conferência com os prefeitos; e, informações dos municípios estão dentre os temas. A partir de 1941 o ERJ também aparecia na coluna *Resenha Telegráfica dos Estados*, que reunia notícias de outras unidades federativas.

Zé Eduardo assinava os editoriais sobre diferentes contextos nacionais e internacionais. Havia também predileção pela realidade fluminense. De modo geral, se referia à administração do estado e o grande programa de realizações oportunamente listado no primeiro subitem deste artigo. Tinha como eixo argumentativo, fases administrativas anteriores, onde, governos malfadados, inescrupulosos, entregues a “*politicalha e a interesses inconfessáveis de toda ordem*” (Diário Carioca. 14 nov. 1937. n. 2893. p.1), aponta genericamente, eram tomados como recurso de comparação para exaltar a administração sã e honesta liderada pelo interventor que, conduziria o reerguimento político e prosperidade da Velha Província, como era tradição se referir ao ERJ.

O DC dedica especial olhar ao que denomina de anarquia administrativa; a situação econômico-financeira e cuidado para com a organização orçamentária estadual: uma metassíntese daquele grupo que chegara ao poder. Chegou a ser constituída comissão para debater a matéria sob parâmetros rigorosamente técnicos — concluía o periódico. Nisso repousava a grande expectativa dos irmãos José Carlos e José Eduardo, na hipótese de que este último receberia o estado saneado em 1938. Em seu depoimento posterior, Amaral Peixoto classifica aquela atitude como ingênua (Peixoto, 1987, p.154). Nos primeiros meses da interventoria o problema orçamentário se fez bastante presente nas edições daquele periódico e objeto de atenção do governo estadual ao longo do período 1937-1945 (Honorato, 1987).

Otimista com o curso das coisas, em apoio, o DC se debruçava sobre os principais temas enfrentados pelo governo, todos muito caros àquela administração. Tratam-se dos pontos já referenciados, reiteramos. Porém, neste momento, também trazia para o centro do palco a colaboração e desempenho do Secretário de Interior e Justiça, Horácio de Carvalho, espécie de testa de ferro de Zé Eduardo. Nos editoriais, sempre provocantes, Macedo Soares discorria sobre temas diversos: especialmente nacionais mais abrangentes e internacionais. Não obstante, igualmente expôs questões recorrentes ao ERJ. Em “*Redenção Fluminense*”, infere sobre o ressurgimento moral e material daquela terra. Verdadeiro proselitismo à nova administração e detrata grupos políticos anteriores — “*escórias de pigmeus*”, “*paixões facciosas*”:

(...). Mudado o cenário, parasitas e aventureiros desapareceram como por encanto. Os que alternavam as mesas dos cafés e botequins com os divãs e poltronas do Palácio do Ingá, entenderam, avisadamente, que os tempos eram outros. (Diário Carioca. 30 nov. 1937. n. 2906. p.1).

O editorial *Celeiro Fluminense* (Diário Carioca. 1 dez. 1937. n. 2907. p.6) trata do saneamento e das culturas agrícolas da Baixada Fluminense. No artigo, o governo da interventoria, trazido em primeiro plano, Macedo Soares, incisivo, também examina a situação política do ERJ para quem a administração Amaral Peixoto impõe novo conceito na condução da coisa pública, argumenta. Segue o articulista: dissidências e divergências são como moléstias incuráveis dos fluminenses. Mas, em outra oportunidade, ao cavar fundo, para quem 1930 ter representado a curatela da Velha

Província, o novo regime não conseguiu unir os fluminenses, que perdeu o instinto da conservação. Desta radiografia, externa sua expectativa:

O Sr. Ernani do Amaral Peixoto, que está à frente da administração fluminense, não pretende possuir a sabedoria de Salomão, não se julga um Moisés conduzindo o povo eleito à Canaã prometida. Moço ainda, teve, entretanto, a inteligência e o bom-senso de colocar o problema do Estado nos devidos termos, enquadrou no seu governo a opinião dispersa e incoerente, deu unidade à ação política que dirige de modo a realizar de fora para dentro, o governo que parecia somente realizável de dentro para fora! (Diário Carioca. 16 dez. 1937. n. 2920. p.1).

Com toda essa convicção em apenas 1 mês de governo, José Eduardo de Macedo Soares parecia mesmo ingênuo, empolgado ou negligenciar o porvir dos fatos, pois, neste mesmo texto afirmara: “*A política faz do quadrado, redondo*”.

Ao se posicionar em *Panorama da Política Fluminense* (Diário Carioca. 25 dez. 1937. n. 2928. p.1), comenta que desde a passagem de Nilo Peçanha, o estado se ressentia de um governo agregador em face de lideranças superficiais. Para o articulador, neste sentido, Nilo, deixou uma herança vazia cujos movimentos dispersos demonstravam ao país impressão de anarquia em desalinho ao papel exercido pela província fluminense — “*a mais civilizada*” dentre as brasileiras no período imperial. A julgar pelas palavras do colunista — “*parecia terra de ninguém*” — em desacordo ao que constituem “*o espírito tradicional da política fluminense*” — “*o gosto da ordem, da justiça, da tolerância, da honestidade de mãos e sentimentos e o prazer de servir e defender o interesse público*”. Enfim: “*A moderação de todas as coisas*”.

Porém, cambiante, neste mesmo panorama, destila crítica ao governo federal que no curso daqueles primeiros sete anos do “*regime revolucionário*” — refere-se a 1930/1937 — infligiu provações e sacrifícios ao ERJ perdendo o respeito aos fluminenses — “*tratou o Estado como o rebotalho de uma política aventureira, reservando-as às combinações dos ambiciosos mais imprudentes*” que se abateram sobre a Velha Província. Todavia, na perspectiva da cruzada vitoriosa “*inspirada nas raízes do espírito fluminense o senhor Amaral Peixoto*”, afirma, compreendeu bem o exato “*panorama político do que ia governar*”. Sua missão compreendia retirar o estado do Rio de Janeiro do marasmo, dando-lhe dinamicidade e coesão em diferentes frentes. Isso, na perspectiva do articulista.

Convém perseguir outros casos, no editorial *Justiça Fluminense* (Diário Carioca. 30 dez. 1937. n. 2931. p.6) — relata a tradição da magistratura daquela terra quando das

novas posses no Tribunal de Apelação do Estado; em *Reforma na Administração Fluminense* (Diário Carioca. 9 fev. 1938. n. 2965. p.6) discorre sobre novos rumos administrativos do governo. Já na coluna *Um Exemplo* (Diário Carioca. 24 mar. 1938. n. 3001. p.1) comenta a campanha de combate ao integralismo no território fluminense; em editorial na oportunidade do artigo *Realizações do Governo Fluminense* (Diário Carioca. 6 nov. 1938. n. 3194. p.6) percorre o processo de reformas pelas quais passou o ERJ nas esferas político-administrativa e econômico-social.

Cumprir observar que nos cursos de 1940-1941, no espaço da nova coluna — “*Nossa Opinião*”— Zé Eduardo também refletiu sobre temáticas relacionadas à vida fluminense. Algumas, de certo modo, autoexplicativas: *Financiamento de obras rodoviárias*; *O leite e o interesse fluminense*; *O problema rodoviário fluminense*; *Interesses fluminenses*; *Serviços públicos industriais*; *Transportes na Guanabara*; *O novo contrato da Cantareira*, refere-se à companhia de navegação entre as duas capitais — Rio de Janeiro e Niterói; *Uma eloquente mensagem*; *Serviço pelo custo*, sobre a encampação dos serviços de abastecimento de água e esgotos sanitários; *Ressurgimento da Baixada Fluminense*; *Operação bem sucedida*, discorre sobre o empréstimo realizado pelo ERJ para financiamento das obras rodoviárias; *Realismo administrativo* e, *Benemerências de um governo* expõem sua percepção positiva do momento. Além das listadas, outra coluna do DC também se debruça sobre as temáticas fluminenses, não necessariamente sob lavratura de seu principal nome, é caso da: *Produção, Comércio e Finanças*, embora refletisse sobre temas nacionais.

Para além do seu privilegiado e expoente colunista, quer dizer, Macedo Soares, o DC seguia a pegada em relação à vida fluminense. Ao cobrir inspeção que o interventor fizera à Campos dos Goitacazes e região, — “*coração do Estado que, superiormente, governa*”— classifica o Comandante como “*completo homem de governo*” (Diário Carioca. 11 fev. 1938. n. 2967. p. 1 e 8). Com grande repercussão na comunidade política, o noivado e casamento Amaral Peixoto-Alzira Vargas foram tomados como acontecimentos sociais de pompa, isso, respectivamente em dada edição de novembro de 1938 e julho de 1939 (Diário Carioca. 24 nov. 1938. n. 3209. p. 2, e, 27 jul. 1939. n. 3.414. p.3); entusiásticas manifestações também eram veiculadas nas passagens natalícias de ambos, do presidente brasileiro e do aniversário do Estado Novo em si. A

propósito, para ilustrar este último caso, pelo primeiro ano do Estado Novo e da interventoria Amaral Peixoto, para esta última, dedicou página inteira a partir deste longo chamado:

O Estado do Rio no Estado Novo. Em um ano de governo, o interventor Ernani do Amaral Peixoto restaurou o crédito da Velha Província e abriu-lhe amplas perspectivas econômicas. A obra financeira da atual administração fluminense pode ser apontada como exemplo a ser seguido pela demais unidades federativas (Diário Carioca. 10 nov. 1938. n. 3197. p.12).

No decorrer, destaca a proeminência da obra financeira levada a cabo no ERJ, exemplo a ser seguido entre as demais unidades do país, como citado. O estado é “*uma imensa oficina onde trabalham todos*”:

As necessidades do Estado foram compreendidas, os seus males curados. Todos os membros do seu organismo movimentam-se pelo afluxo de novas forças. Na Educação ou na Saúde Pública, na Justiça ou nas Finanças, na Agricultura ou na Indústria, em qualquer dos setores onde se expressam as possibilidades do Estado ou se faz sentir a ação do governo, encontrará o registro da atualidade os índices da mais absoluta segurança (Diário Carioca. 10 nov. 1938. n. 3197. p.12).

Confiante na prosperidade, o DC ainda colheu depoimento do Comandante referente àquele quadro, de modo a exaltá-lo. Por outro lado e como contraponto, inferimos que na perspectiva de Castro (1996), em sua tese, interpreta os primeiros atritos entre Amaral Peixoto e José Eduardo de Macedo Soares já a partir dos meados de 1938. Com base em nosso mergulho nas páginas do jornal não identificamos tal rompimento naquele turno: a assertiva não foi comprovada, aliás, nos anos seguintes as relações sobressaíam amistosas. Ao nosso ver, a ruptura se dá posteriormente: deflagrada em 1945 já no cenário de combate ao Estado Novo e de sucessão presidencial.

A referida autora demarca o rompimento entre ambos agentes quando importantes nomes da configuração macedista, com postos chaves na interventoria, foram desembarcados do governo, muito em função da reorganização administrativa iniciada por Amaral Peixoto para, dentre outras intencionalidades, dá formas ao seu grupo político de maneira mais autônoma. De fato, nesta perspectiva, em 1938, o Comandante aciona o freio de arrumação do governo fluminense. Contudo, a estranheza Amaral Peixoto/ Macedo Soares precisou aguardar alguns anos.

A saída de Antônio Roussoulières da chefatura geral de polícia é apontada como pivô da dissidência, seguida pela debandada de Francisco de Paula Lupério dos Santos da Secretaria de Agricultura, Viação e Obras Públicas e de Horácio Gomes de Carvalho Júnior da Secretaria de Interior, Justiça e Segurança Pública (Castro, 1996, p. 51-57). Entremeio àquelas vicissitudes de 1938, depois de aproximadamente quatro meses na função, o próprio Macedo Soares foi exonerado do Conselho Econômico e Financeiro do Estado, importante órgão de assessoria econômica do governo estadual. As mudanças explicitadas são verdadeiras, mas, neste particular, ainda distantes de promover a ruptura política.

Antes do advento de Amaral Peixoto ao executivo fluminense, Zé Eduardo mantinha forte incidência sobre os prefeitos. Paulatino e estrategicamente o interventor minava este predomínio pelo estado. Inclusive, procurou alinhar-se a distintos grupos políticos interioranos. O Comandante construía a hegemonia dos seus quadros: por cooptação, alijamento ou pela sua inserção no plano federal desde 1933 e, em 1939, reforçada após as núpcias com Alzira, filha e conselheira do presidente Getúlio Vargas. Não é possível negligenciar que a entrada na família do mandatário da república ampliaram suas possibilidades de articulação político-econômicas.

Vale acentuar o fato do próprio DC ter acompanhado o que foi a primeira reforma administrativa da interventoria sem o tradicional estilo combativo, embora importantes nomes ligados a principal personalidade do periódico analisado tenham perdido espaço no governo. Na verdade, se reportou ao fato até modo estranhamente conciliador. (Diário Carioca. 10 jul. 1938. n. 3093. p.1-2,6; 6 nov. 1938. n. 3194. p. 2; 11 nov. 1938. n. 3198. p.3 e 18 dez. 1938. n. 3320. p.3). Em que pese este processo de extirpação, o periódico não abriu combate naquele momento. O grupo de José Eduardo de Macedo Soares ainda talvez não estivesse totalmente fora do governo. Em 1939 quando da instalação da Caixa Econômica Federal do Estado do Rio de Janeiro, cerimônia presidida pelo interventor e tendo como palco a Associação Comercial de Niterói, são anunciados os membros do Conselho Administrativo do banco, dentre eles: Horácio de Carvalho (Diário Carioca. 7 mar. 1939. n. 3294. p.2; 8 mar. 1939. n. 3295. p. 3 e 8).

Em tom amistoso, o DC continuava acompanhando os feitos do governo fluminense e suas injunções nacionais e internacionais. Amaral Peixoto, Getúlio e Alzira Vargas ainda são tomados como de prestígio. Em 1941, a segunda viagem por quase dois meses do casal Amaral Peixoto aos Estados Unidos, desta feita em comitiva, foi objeto de grande cobertura pelo jornal em questão. Reverberou o caso por semanas a fio, inclusive após o retorno, de maneira que considerava a atuação do agente Amaral Peixoto no exterior como destaque. Entendia aquela incursão como benéfica para o ERJ, na busca por solução dos problemas fluminenses e — diga-se de passagem — dos nacionais, dentre eles, o do investimento/empréstimo. Em face do regresso, Amaral Peixoto é homenageado em jantar no Copacabana Palace. No evento, se fazia presente o embaixador Jefferson Caffery (Diário Carioca. 3 jun. 1941. n. 3974. p. 5). É oportuno assinalar um elemento: na coluna *A nossa Opinião*, Macedo Soares em texto denominado — *Realismo administrativo* — expõe favorável àquela viagem. Somado ao tema discorrido, o documento resume bem uma posição ainda branda à figura do interventor (Diário Carioca. 7 jun. 1941. n. 3978. p.4).

Na sequência, o DC continua a colher impressões daquela viagem aos Estados Unidos, na busca de soluções dos vários problemas nacionais, dentre os quais, o da industrialização. Na análise do jornal, os esforços deveriam convergir para nossa independência econômica, “*sem a qual sempre precária é a nossa independência política*” (Diário Carioca. 8 jun. 1941. n. 3979. p.4). Na página 5 desta edição estampa em manchete: *Capitais norte-americanos para a execução de um gigantesco plano industrial brasileiro* — incluía uma série de estudos com potenciais investimos do capital estadunidense. Destas conexões externas do Comandante, em outra oportunidade arremata Zé Eduardo na coluna *A nossa Opinião* — com editorial sob o título — “*Uma eloquente mensagem*”:

(...), ponderam no seu espírito as responsabilidades do administrador, do homem que subordina a visão e o desejo das coisas à relatividade do possível. Além disso, como personalidade integrada na família do presidente da República, (...). Ao seu cunho de rigorosa e oportuna conexão política está ligada à própria personalidade do interventor fluminense, como a de um homem que no trato dos negócios públicos demonstra uma mentalidade escoimada de tendências, vigilante dos problemas oportunos e convenientes, fiel aos desígnios sadios de um bem orientado patriotismo, elevando o espírito continental e defendendo eficientemente os interesses do Brasil (Diário Carioca. 13 jun. 1941. n. 3983. p. 7).

O DC, ao olhar para a realidade fluminense, aludia aos êxitos da interventoria federal personificada na figura do Comandante:

Com efeito, o interventor federal no Estado do Rio de Janeiro vem realizando uma obra de reerguimento econômico da Velha Província, cuidando da solução dos seus magnos problemas, desenvolvendo uma atividade, sob todos os pontos de vista, tão notável, quão profícua (Diário Carioca. 17 jul. 1941. n. 4012. p. 7).

Em linhas gerais, continuava a exaltar o acervo de realizações tanto do Estado Novo quanto da interventoria. Às vésperas do quarto aniversário dos respectivos governos, informa:

O Sr. Ernani do Amaral Peixoto fez uma exposição detalhada sobre a administração fluminense. O interventor do Estado do Rio tratou do problema rodoviário daquela unidade federativa e da sua situação econômico-financeira (Diário Carioca. 8 nov. 1941. n. 4.110. p. 5).

O texto reúne o olhar do próprio interventor, assemelhando-se à espécie de prestação de contas, adaptada ao conteúdo jornalístico. Quando explorado o quarto ano do Estado Novo a coluna *A Nossa Opinião* através do texto — *Benemerências de um governo* usava a oportunidade para incutir valores que julgava centrais à época, dentre: energia construtiva; patriotismo espiritual e político; restauração econômica; afirmação nacional; espírito democrático (neste termo); ideias modernas; legislação social e cooperação dos esforços coletivos. Ao tratar particularmente do *problema fluminense* no seio do regime estadonovista, o DC vaticina:

É de justiça reconhecer a transformação operada na situação financeira do Estado do Rio de Janeiro, durante o último quadriênio. (...). Não temos espaço aqui para referir, mesmo de maneira sintética, tudo que foi realizado e que está em vias de realização no Estado do Rio de Janeiro. Muito foi feito, mas muito mais ainda há a fazer, o que, certamente, virá a seu tempo, num desdobramento harmônico, numa marcha segura. (...). Longo seria enumerar tudo o que o governo Amaral Peixoto realizou até agora e ainda mais longa seria a enumeração do que terá de executar para conseguir a restauração da grandeza da Velha Província (Diário Carioca. 9 nov. 1941. n. 4111. p. 4).

Nesta oportunidade, tal folha novamente analisava o exame feito pelo próprio Amaral Peixoto a respeito dos quatro anos da interventoria. Na quadra seguinte o DC segue hipotecando apoio, acompanha com entusiasmo as diretrizes e realizações do governo fluminense. Nos anos de 1942, 1943 e 1944 segue seu tom valorativo: confere vital importância aos atos do ERJ, caracterizados de exitosos e alvissareiros.

No contexto de guerra, o jornal apontou positivamente para as ações do governo fluminense pró-aliados: os esforços no combate à quinta coluna; a campanha para doar avião e submarino de guerras ao governo brasileiro; a participação de Amaral Peixoto no Comitê Interaliado de Cooperação no Brasil e na Liga de Defesa Nacional, os testes de proteção antiaérea, notadamente em Niterói e o cultivo do interventor pela Política da Boa Vizinhança. Como ato contínuo, em outra frente o DC se posicionou favoravelmente a participação do Comandante na Comissão de Mobilização Econômica. Ainda neste período, ao hipotecar tal apoio, aludia acerca do tirocínio, compreensão exata do problema, colaboração esclarecida, sincera e patriótica do interventor, tomado como de elevado senso e zelo com que conduzia o ERJ, cuja sistemática obra administrativa resolvia os problemas reclamados pela sociedade fluminense da ocasião (Diário Carioca. 3 jun. 1943. n. 4589. p.5). No fundo, aquela folha ainda se colocava ao lado dos governos federal e fluminense.

Eis que chega 1945, fazendo jus ao seu autoproclado princípio libertário, que, nas palavras de Austregésilo de Athayde, o jornal de Macedo Soares esteve sempre “*a serviço dos nobres ideais da democracia e da liberdade, sem desfalecimento e concessões*” (Diário Carioca. 31 dez. 1944. n. 5076. p.11), os ventos daquele ano sopraram as últimas nuvens brancas do DC em relação à interventoria fluminense. Ao cobrar a reconfiguração constitucional do país, conforme promessas do presidente, como em ato de “*mágica*”, o jornal mudou de humor quanto ao governo federal e fluminense. Naquele redemoinho, passou a se dedicar fortemente ao tema das eleições, especialmente da sucessão presencial, muito embora houvesse no seio daquelas expectativas certa desconfiança na ocorrência do pleito em face da campanha “*Queremos Getúlio*”, que, sob tons hostis, por vezes denominava “*Queremos nosso pai*”. O fato também era utilizado como recurso retórico para descaracterizar a um só lance, toda ação do governo, do candidato oficial, da organização do PSD e exaltar tanto a UDN também em construção, quanto seu candidato, o Brigadeiro Eduardo Gomes. Na busca pelo poder, utilizando-se do “*partido*” Diário Carioca, José Eduardo de Macedo Soares esmerava para construir suas representações e visão de mundo, o que dada teoria interpreta como cultura política (Berstein, 1998).

No caso fluminense, Amaral Peixoto torna-se objeto direto de crítica, em claro esforço vexatório à sua pessoa. Na ânsia pela defenestração, o Diário Carioca criou caricaturas, denominando-o de múltiplas formas: Grão-Duque Fluminense; Grão-Duque de Niterói; O genro; Genro do Estado Novo; Bem nutrido genro do Pai dos Pobres; Rechonchudo e felizardo genro do sr. Getúlio Vargas; Conde Ciano; Comandante Ernani Galeazzo Ciano do Amaral Peixoto; Donatário de uma autêntica Capitania Hereditária; Dono da capitania; Herdeiro presuntivo; Comandante Peixoto; O Comandante embarcado no Palácio do Ingá; Marinheiro de Águas de Rosas do Ingá; Almirante da Baía de Guanabara; Apóstolo Amaral Peixoto; Morador do Palácio Guanabara; Alzirante e Alzirão, figuram dentre as principais. Tais prerrogativas, no campo da história política, condizem com o esforço pela construção de verdades (Rémond, 2003, p. 69).

Considerações finais

Da relação entre Amaral Peixoto e José Eduardo de Macedo Soares há três fases bem distintas com base no percurso feito no DC: a do encantamento, o processo que culminou na nomeação do Comandante em 1937 para interventor federal no ERJ; do estreitamento, o período relativamente amistoso entre o executivo fluminense e o jornalista proprietário da folha; por fim, a fase das animosidades, marcada pela virulência do periódico ao Estado Novo e à figura de Amaral Peixoto. O presente estudo tratou das duas primeiras fases.

Diferente da concepção historiográfica que marca o ano de 1938 como de rompimento entre os dois agentes, não foi possível identificar tal questão, revela-se uma anomalia. Ao lançar luz sobre o tema, como explicitado, as evidências direcionam para destacada louvação do DC às propriedades do regime estadonovista e da interventoria fluminense até pelo menos na tábua de 1944. Especificamente no campo fluminense, aquela folha subjazia um elenco de valores de modo a exaltar a interventoria, mesmo a despeito de Macedo Soares ter perdido posições-chaves no governo. Havia a figura de um personagem que se revelava ainda muito complacente em face do interventor fluminense. Ora, conforme antecipado, até 1944 fica patente que o destacado jornal permanecia nas fileiras do Estado Novo e, simultaneamente, entusiasta do próprio Amaral Peixoto. Não raro, emitia opiniões valorativas ao governo da interventoria.

Conforme assinalamos, nos termos de Gramsci, compreendemos o DC como intelectual coletivo, pois, em movimentos contínuos e orgânicos, defendia questões próprias, unificava interesses e propagandeava visões de mundo das parcelas conservadoras representadas pelo partido ideológico que fora. Assim, pode-se ensejar outro dado: Macedo Soares incorporou o olhar cosmopolita e nacional da elite carioca em relação ao ERJ — a denominada Velha Província. Contudo, praticante de uma política centrífuga, isto é, que por vezes o afastava do centro do poder, no horizonte de sua trajetória teve que lidar com um personagem emblemático: Amaral Peixoto. O tempo mudou e a iminência parda do Diário Carioca não deixou passar em brancas nuvens. Ao irromper o turno de 1945, das ilustrações arroladas no último parágrafo antes da abertura desta conclusão, depreende-se que José Eduardo de Macedo Soares tomou posições mais ácidas. O tablado político era outro, esse também é outro desdobramento na disputa pela hegemonia.

Referências bibliográficas

ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001.

_____; PAULA, Christiane Jalles de. (Coord.). *Dicionário da política republicana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC/FAPERJ, 2014.

BARRROS, José D'Assunção. *História política, discurso e imagem: interconexões possíveis*. Disponível em: <http://periodicos.unesc.net/historia/article/viewFile/211/211>. Acesso em 10 jul. 2024.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. (Dir.). *Para uma História cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 349-363.

CASTRO, Silvia Regina Pantoja Serra de. *Amaralismo e Pessedismo fluminense: o PSD de Amaral Peixoto*. 1996. 316f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1996.

CÔRTE, Andréa Telo da. (org.). *Amaral Peixoto: história, memória e política*. Niterói: Funarj; Imprensa Oficial, 2012.

COSTA, Cecília. *Diário Carioca: o jornal que mudou a imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2011.

COSTA, Rafael Navarro. *Eleições se vencem em campanhas?* Uma análise da organização político-partidária do Rio de Janeiro através das disputas eleitorais, da propaganda política e da trajetória do PSD-RJ (1945-1958). São Gonçalo (RJ), Rio de Janeiro, 2014. 267p. Tese de Doutorado (Doutorado em História) – Centro de Educação e Humanidades, Faculdade de Formação de professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo (RJ), 2019.

_____. *Tecendo as redes da política: articulações e projetos na construção do amaralismo*. Rio de Janeiro, 2008. 118f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

FERNANDES, Rui Aniceto. *Historiografia e identidade fluminense: a escrita da história e os usos do passado no Estado do Rio de Janeiro entre as décadas de 1930 e 1950*, 2009. 272f. Tese (Doutorado em História) - Departamento de História do Centro de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. v.2. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2006.

_____. *Cadernos do cárcere*. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. v. 3. 10ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

HEES, Martha. *As Missões Culturais no Estado do Rio de Janeiro: jornadas educacionais entre o assistencialismo religioso e o missionarismo político*, 2000. 232f. Tese (Doutorado em Educação) – Departamento de Filosofia e História da Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP), 2000.

HONORATO, Cezar. *O novo estado no Estado Novo: análise da interventoria Amaral Peixoto no Estado do Rio de Janeiro*, 1987. 290f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1987.

LESSA, José Luís Honorato. *O Comandante em marcha: Amaral Peixoto e a indústria fluminense*. 2021. 378f. Tese. (Doutorado em História, Política e Bens Culturais). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2021.

MOREIRA, Regina da Luz. *Tempos de Amaral*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 2005.

PEIXOTO, Ernani do Amaral. *Artes da política: diálogo com Ernani do Amaral Peixoto*. Aspásia Camargo, Lúcia Hippolito, Maria Celina D'Araújo, Dora Rocha Flaksman (Orgs.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

QUARESMA, Marcia da Silva. *As escolas praianas no estado do Rio de Janeiro: o ideário republicano dos anos 50*. 2010. 142f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.

_____. *O Comandante Amaral Peixoto e a política educacional fluminense: dos anos 1930 aos anos 1950*, 2014. 249f. Tese de Doutorado (Doutorado em Educação) – Centro de Educação e Humanidades, Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

RÉMOND, René (Org.). *Por uma História política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

_____. Por que a História Política? In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, v. 7, n. 13, 1994, p. 9-19.

SOARES, Antônio Joaquim de Macedo. *Nobiliarquia fluminense ou genealogia das principais e mais antigas famílias da corte e província do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: s. ed., 1947. (Parte III. Os Soares e os Macedos da província do Rio de Janeiro).



Os direitos de licenciamento utilizados pela Revista Histórias Públicas é a licença *Creative Commons Attribution-Non Commercial 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0)*

Recebido em: 28/08/2024
Aprovado em: 14/10/2024